

Universidade Federal Fluminense – UFF
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – ICHF
Departamento de Filosofia – GFL
Disciplina: “Teoria do Conhecimento III”
Professor: Carlos Diógenes C. Tourinho

1º Semestre de 2015 – Terça-feira / 09:00hrs às 13:00 hrs.

Descrição: Ao distinguir as percepções da mente (impressões e ideias), o empirismo de Hume apresenta-nos, no *Tratado da Natureza Humana* (Livro I, Parte IV, Seção 6), a sua crítica ao princípio de identidade pessoal, incorrendo, com isso, em uma espécie de ceticismo. Ao responder a referida crítica, Kant apresenta-nos uma linha de argumentação que se apoia no conceito de “síntese” (afinal, a experiência *de* algo requer necessariamente um poder ou faculdade de ligação) e na própria ideia de “transcendental” (considerada por Kant uma forma de conhecimento que se ocupa não tanto dos objetos, mas do modo como podemos conhecer os objetos, na medida em que esse modo de conhecimento é possível *a priori* / CRP A 12). Tal síntese consistiria em um processo cujo fundamento se encontraria na “apercepção transcendental”, sem a qual as representações não pertenceriam a um sujeito, nem tampouco poderiam se converter em objetos de nossos próprios pensamentos. Na medida em que permite que as intuições pertençam a um sujeito, sendo a base para a unidade de conceitos e intuições, a apercepção transcendental passa a ser considerada por Kant “o princípio supremo em toda esfera do conhecimento humano” (B 135). A ideia de uma auto-consciência transcendental permite a Kant ir além do *eu penso* cartesiano, superando, ao mesmo tempo, a crítica de Hume ao princípio de identidade pessoal, uma vez que tal crítica recairia sobre o eu empírico, mas não atingiria o sujeito transcendental.

Programa: 1. As percepções da mente e a crítica ao princípio de identidade pessoal no empirismo cético de David Hume; 2. A resposta de Kant: o múltiplo sensível e a síntese como “poder de ligação”; 3. A síntese como um “processo” (a tripla síntese: apreensão, reprodução e reconhecimento / CRP, Edição A); 4. O sentido de “transcendental” em Kant e sua oposição/relação com o empírico; 5. A apercepção transcendental como fundamento da tripla síntese e o caráter anômalo da representação “eu penso”; 6. A falácia do paralogismo psicológico e a advertência de Kant quanto à conversão do eu penso transcendental em substância; 7. O alinhamento da receptividade e da espontaneidade às faculdades da sensibilidade e do entendimento no processo de síntese; 8. O espaço e o tempo como intuições puras e o conceito de “intuição sensível” em Kant; 9. Conceitos, juízos e categorias *a priori* do entendimento; 10. O papel fundamental do eu penso aperceptivo: fazer com que as intuições pertençam a um sujeito e lhe sejam proporcionadas para combinação através do juízo.

Bibliografia:

1. Hoffe, Otfried. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
2. Hume, D. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
3. Figueiredo, V. *Kant & A Crítica da Razão Pura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
4. Kant, I. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.